

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no AI nº 0323219-3

Embargante: André Ferreira Galvão

Embargado: Banco Bradesco S/A

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

ACÓRDÃO

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONTÉM A NECESSÁRIA MOTIVAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

- O Acórdão recorrido contém a necessária motivação, pronunciando-se explicitamente sobre todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia;
- Afastamento de contradição alegada. Afastamento de consequência jurídica (preclusão) de fato realizado de forma motivada no acórdão embargado.
- Nada existe a aclarar no acórdão embargado. Os Embargos de Declaração não se prestam para rediscutir a matéria já julgada. Massiva jurisprudência interdita essa utilidade aos embargos de declaração. Precedentes do STJ.
- Embargos de Declaração REJEITADOS.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 323219-3, em que figura como Embargante André Ferreira Galvão e como Embargado Banco Bradesco S/A, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator.

Recife, 29 - J - 2014


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no AI nº 0323219-3

Embargante: André Ferreira Galvão

Embargado: Banco Bradesco S/A

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração (fls. 274/279) opostos contra acórdão desta C. 3ª Câmara Cível, que negou provimento ao Agravo de Instrumento nº 323219-3, confirmando decisão interlocutória do juízo de origem que deixou de reconhecer suposta preclusão relativa ao atraso de um dia útil no cumprimento de prazo assinado para comprovação de recolhimento de custas atinentes a impugnação de cumprimento de sentença.

Não tendo se conformado, pleiteia o embargante sejam aplicados os arts. 8º e 9º da Lei Estadual nº 11.404/06 e conferidos efeitos infringentes ao recurso.

No mérito dos embargos, alega o recorrente o seguinte: a) apesar do reconhecimento pelo acórdão do recolhimento de custas a destempo, não houve reconhecimento da preclusão cogente; b) o magistrado não tem poderes para relativizar preclusão legal e conceder "benesse" à sociedade embargada; c) não se trata no caso de complementação de custas recolhidas a menor, mas sim de recolhimento integral fora do prazo, a atrair a aplicação do art. 8º da Lei Estadual nº 11.404/06; e d) a Instrução Normativa Conjunta nº 02/2008 deste TJPE não pode se sobrepor ao disposto em lei.

Ao final, pugna pelo provimento dos aclaratórios para saneamento das omissões e contradições e concessão de efeitos infringentes ao recurso para que seja declarada a deserção da impugnação do banco embargado.

É o breve relatório.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife,

29-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração no AI nº 0323219-3

Embargante: André Ferreira Galvão

Embargado: Banco Bradesco S/A

Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

VOTO

Percebe-se, de início, a pretensão de rediscussão da matéria já decidida por este órgão jurisdicional colegiado fracionário mediante recurso inadequado.

A bem da verdade, a maior parte do recurso tenta sem sucesso repaginar argumentos já enfrentados para vê-los novamente discutidos ou apontar supostos equívocos da decisão que não eventual contradição, omissão ou obscuridade.

O mais próximo de contradição que se observa é a alegação de que esta Câmara haveria reconhecido o atraso no recolhimento das custas a destempo e também afastado a preclusão.

Ora, o acórdão claramente distingue causa e consequência: o atraso no recolhimento de custas é fato e, portanto, inegável, ao passo que a preclusão – sua consequência – foi afastada pela relatora substituta de forma fundamentada e em consonância com o ordenamento jurídico, seguindo a inteligência da decisão interlocutória do magistrado de origem.

Quanto aos demais pontos dos embargos, entende-se que veiculam apenas o inconformismo do embargante com a fundamentação do julgado, de modo que não seria esta a sede apropriada para analisá-los e trazer à tona novamente matéria já deliberada pela Câmara.

Desse modo, resta claro o intuito da embargante de rediscutir a matéria, indo de encontro à massiva jurisprudência que interdita essa utilidade aos embargos de declaração. Sob essa perspectiva, coletam-se os seguintes precedentes jurisprudenciais:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MAJORAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. Embargos de declaração rejeitados e considerando, pela segunda vez, o seu caráter protelatório, majora-se a multa aplicada nos embargos declaratórios anteriores, para 5% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro

21.

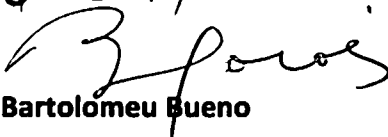
recurso condicionada ao respectivo depósito. (STJ, 4ª T., EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 762769/RS, Relator(a) Ministra Maria Isabel Gallotti, Data do Julgamento 15/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 23/03/2012) (grifos nossos)

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE SERVIÇOS DE SAÚDE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ EXAMINADA. APRECIAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. (STJ, 1ª T., EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1218088/MG, Relator(a) Ministro Francisco Falcão, Data do Julgamento 01/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 09/03/2012)(grifos nossos)

Ante o exposto, **REJEITO** os Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 29-5-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator